



BOLETIM 296 - IX 10 de março de 2017



A mulher na reforma previdenciária

Ser mulher, trabalhadora e mãe numa sociedade que considera a vida e os direitos femininos como se valessem menos é um desafio diário, é uma luta incansável e um dever daqueles que defendem a justiça social. E aí da mulher que, além de tudo isto, ainda não lute para ficar magra, bonita, cheirosa e alegre!

*Vilson Antonio Romero**

Neste 8 de março, cabe uma reflexão sobre o que o governo pretende alterar nas regras de aposentadorias e pensões devidas ao sexo feminino, em razão da proposta de reforma previdenciária.

Há séculos as mulheres, organizadas em movimentos sociais e feministas, buscam o direito de ocupar os espaços públicos, de representatividade e sua emancipação social e econômica.

A igualdade de direitos e de oportunidades, aliada às demais defesas como o fim da violência de gênero, sempre foram o cerne da luta das mulheres. Além disso, com uma inserção cada vez maior no mercado produtivo, o papel delas se tornou fundamental para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país.

As mulheres são maioria da população, passaram a viver mais, têm tido menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 40,5% das famílias.

No entanto, enquanto o mundo caminha em direção à superação de problemas como dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, menor remuneração em relação aos homens, no Brasil, o governo federal, além de não propor medidas positivas, quer emplacar a qualquer custo uma reforma previdenciária que atinge frontalmente as conquistas das mulheres, principalmente da mulher camponesa e a professora do ensino fundamental e básico.

Pela PEC 287/16, o Planalto usa a mesma régua para medir situações e circunstâncias desiguais, entre elas a fixação da idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição para a aposentadoria, sem distinção de gênero.

Olvidaram que, além de representar 44% da mão de obra do país, a cada dez lares, quatro são sustentados por mulheres, e são também elas que cuidam praticamente sozinhas de todo o trabalho doméstico e dos filhos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), elas trabalham cinco horas a mais por semana do que os homens, devido à dupla, muitas vezes, tripla jornada de trabalho. Mas, o governo federal ignorou todos esses fatores e resolveu que agora é hora de equalizar homens e mulheres. Para retirar direitos, é claro. Essa falsa

igualdade significa acabar com o direito delas de se aposentarem cinco anos antes, em relação aos homens.

A realidade é ainda pior quando os números da Seguridade Social são analisados, considerando as condições das mulheres para se aposentar. Segundo o Anuário da Previdência Social, as mulheres representam cerca de um terço apenas dos aposentados por tempo de contribuição. Elas conseguem se aposentar mais por idade, já que durante toda a sua vida laboral, passam longos períodos em trabalhos não registrados, devido à maior possibilidade de flexibilização de horário, ou em pausas para se dedicarem aos filhos.

Para as trabalhadoras rurais, as novas regras propostas são ainda mais cruéis, pois elas começam a trabalhar muito jovens, entre 10 e 12 anos, e pouquíssimas conseguem se aposentar. Se a idade mínima for elevada para 65 anos, muitas morrerão sem receber seu benefício.

Os efeitos da reforma previdenciária são extremamente danosos e afetarão a todos. Em tempos de crises política e econômica, é preciso ficar em alerta contra as inúmeras tentativas de retrocessos. A luta pelos direitos das mulheres não pode nem tampouco deve ser uma luta somente das mulheres, mas de toda a sociedade.

Ser mulher, trabalhadora e mãe numa sociedade que considera a vida e os direitos femininos como se valessem menos é um desafio diário, é uma luta incansável e um dever daqueles que defendem a justiça social. E aí da mulher que, além de tudo isto, ainda não lute para ficar magra, bonita, cheirosa e alegre!

() Jornalista, auditor fiscal, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip).*

Fonte: DIAP 06/03/2017

Presidente da Federação participa de Encontro Nacional de Mulheres realizado pela CSB



Presidente Sandra-Fedcont e Pres. Neto -CSB

No período de 08 a 09 de março de 2017, a CSB – Central de Sindicatos Brasileiros organizou em Brasília em comemoração ao Dia da Mulher, o primeiro **Encontro da Mulher realizado pela CSB neste ano de 2017**.

Representando a Federação dos Contabilistas nos Estados do RJ, ES e Ba, esteve a Presidente Sandra Regina Rodrigues Tavares Maciel.

O evento ocorreu no Hotel Grand Bittar em Brasília – DF.

Dentre os assuntos e temas discutidos pelas mulheres no evento , foi a Previdência Social , o papel da mulher na sociedade, desafios e perspectivas para a trabalhadora brasileira .

O Encontro planejado para debater a realidade das profissionais no mercado de trabalho brasileiro , o protagonismo da mulher nas lutas trabalhistas e o feminismo no meio sindical reuniu dirigentes de todo o Brasil .



Participando também do Encontro , Lygia Maria Vieira Sampaio – Pres. Do Sindicato dos Contabilistas do Mun. Do Rio de Janeiro, Sindicato filiado a Federação dos Contabilistas , dentre outras dirigentes sindicais de entidades contábeis.



CNPL fortalece na Câmara dos Deputados mobilização contra o ataque aos direitos dos trabalhadores



A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) intensificou nessa terça-feira, dia 07 de março, em Brasília/DF, a participação na luta em defesa dos trabalhadores em reunião na Câmara dos Deputados. A proposta é desconstruir os argumentos apresentados pelo governo Temer acerca da Reforma Trabalhista, prevista no PL 6.788/16 e dos Projetos que regulamentam a atividade de terceirização e as relações de trabalho no Brasil, estabelecidas no Projeto de Lei da Câmara 30/2015 e no Projeto de Lei 4.302/98. A reunião foi realizada em conjunto pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, pelo Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e pelo Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalhador e da Previdência Social (FIDS).

A CNPL destacou a importância de ampliar o processo mobilizatório por meio da unidade do movimento sindical neste momento de embate dos trabalhadores para que os direitos sociais não sejam tratados como mercadoria. Segundo a Confederação, a regulamentação das atividades de terceirização e das relações de trabalho, além de oficializar a degradação do emprego por meio da subvalorização do trabalho e dos trabalhadores, deteriora o autorreconhecimento destes profissionais liberais enquanto classe.

Para a Confederação, as propostas de Reforma Trabalhista e Previdenciária não irão solucionar as crises econômica e política, desencadeadas pelo próprio governo, mas sim irão promover um forte retrocesso social aos direitos conquistados a duras penas. Além disso, os trabalhadores correm o risco de enfrentar o formato de trabalho escravo, caso as propostas sejam aprovadas no Congresso. A CNPL entende que é preciso massificar uma estratégia de divulgação sobre o verdadeiro teor das propostas à população para desmistificar o falso discurso propagado pelo governo.

O trabalho realizado pela ONG Cidadã da Dívida também foi outro ponto destacado pela CNPL, que desconstrói econômica, política, ética e moralmente, qualquer um dos argumentos que justificam a continuidade da tramitação das Reformas da Trabalhista e Previdenciária. A CNPL foi incisiva ao afirmar que não existe a possibilidade de negociar nenhum direito dos trabalhadores. Enquanto representante dos trabalhadores, a CNPL não irá compactuar com nenhuma iniciativa que ameace rasgar a Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



O coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, senador Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que o objetivo é manter a agenda semanal permanente de reuniões na Câmara dos Deputados, sempre às terças-feiras, para fomentar o debate entre parlamentares, dirigentes sindicais e trabalhadores, na Casa. As reuniões somam também às Audiências Públicas realizadas em todas as regiões do Brasil pelo senador Paim.

Participação

A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) esteve representada pelo secretário de Relações Sindicais, Danilo Gonçalves Moreira Caser, pelo diretor Ricardo Nerbas e pelo conselheiro Fiscal, Carlos Dinarte Coelho.

FONTE: Boletim CNPL 09/03/2017

CNPL mobiliza entidades sindicais contra a defasagem de 83,12% da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física

**DIGA NÃO
AO LEÃO**
E À DEFASAGEM
DA TABELA DO
IMPOSTO DE RENDA

Desde 1996, a
tabela do Imposto
de Renda da
Pessoa Física está
defasada em
83,12%!

CNPL
Confederação Nacional
das Profissões Liberais

A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) mobiliza as 28 federações e 500 sindicatos de profissionais liberais em todo o país contra a defasagem da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Desde 1996, a tabela está defasada em

83,12%. Os trabalhadores que ganham até R\$ 3.456,92 por mês deveriam estar isentos do Imposto de Renda, em contrapartida, a cada ano, o contribuinte está pagando mais Imposto de Renda porque as correções não recompõem as perdas de duas décadas.

É de extrema urgência reajustar a tabela para que a defasagem não funcione como um mecanismo de injustiça tributária. Se a tabela fosse corrigida pelos índices de inflação acumulados, a faixa de isenção para o Imposto de Renda seria até R\$ 3.460,50. Atualmente, estão isentos todos os contribuintes que possuem renda tributável mensal acima de R\$ 1.903,98.

Além disso, o ônus de não corrigir a tabela sobrecarrega os contribuintes com menor rendimento salarial. Os contribuintes que têm rendimento tributável de R\$ 4 mil são obrigados a um recolhimento mensal R\$ 223,41 maior do que se a tabela fosse corrigida pela inflação, ou seja, um valor 547,84% acima do que seria correto. Já os contribuintes com renda mensal tributável de R\$ 10 mil pagam 62,03% a mais do que deveriam.

A não correção da tabela do IR pela inflação anual impacta também nas deduções permitidas por lei, que não correspondem à realidade dos gastos necessários. O desconto permitido por dependente, por exemplo, atualmente é de R\$ 189,59 por mês (R\$ 2.275,08 por ano). Se fosse atualizado pela inflação anual, deveria estar em R\$ 347,18 mensais (R\$ 4.166,16 anuais), aponta o levantamento. A dedução permitida das despesas com educação, pela tabela válida para o ano de 2016, foi de R\$ 3.561,60. Esse valor seria elevado para R\$ 6.521,85, se fosse reposta a defasagem inflacionária até o final deste ano.

A defasagem da tabela tem repercussão sobre diversas faixas de contribuintes. Entre 1996 e 2016, a inflação acumulada de 283,87% foi mais que o dobro da correção promovida pelo governo federal na tabela (109,63%). Neste ano, a Receita Federal divulgou a tabela do Imposto de Renda com um aumento de 5%, metade da inflação registrada entre os anos de 2015 e 2016. *(Com informações dos portais: Isto É dinheiro, Sindifisco Nacional, Receita Federal e Em.com Economia)*

FONTE: boletim da CNPL 10/03/2017

Dia Internacional da Mulher é marcado por luta contra a Reforma Previdenciária no Brasil e Greve Internacional em 40 países



Não basta lembrar delas hoje!
É preciso lutar conosco para que na Reforma da Previdência elas não sejam esquecidas.

8 de Março
Dia Internacional da Mulher

Neste 08 de março - Dia Internacional da Mulher - que marca uma série de fatos, lutas e reivindicações das mulheres por melhores condições de trabalho e direitos sociais e políticos, a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) reforça o importante convite para adesão à Greve Internacional de Mulheres que será realizada em 40 países. O protesto mundial fortalece a luta contra o feminicídio, o machismo, a desigualdade, toda violência contra a mulher, a exploração das mulheres no trabalho e na economia, e a desumanização feminina. O objetivo é que todos os ambientes de trabalho fiquem sem a presença do sexo feminino.

No Brasil, além das bandeiras históricas, como a luta pelo fim da violência contra a mulher, a igualdade salarial e o direito ao aborto, o Dia Internacional da Mulher também será marcado pela resistência contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo Temer, em mais de 30 cidades. Pela nova regra, caso seja aprovada, as mulheres vão perder o direito de se aposentar mais cedo e terão que trabalhar 49 anos para garantir a aposentadoria integral. Hoje, as mulheres podem se aposentar com 30 anos de contribuição ou ao completar a idade mínima de 60 anos, enquanto que os homens precisam contribuir 35 anos ou ter 65 anos.

Além disso, a Reforma da Previdência torna ainda mais aguda a realidade de discriminação salarial. As mulheres inseridas no mercado formal de trabalho têm renda mensal, em média, que corresponde a 75% da renda masculina. No mercado informal de trabalho o cenário é ainda mais drástico: a renda das mulheres é de 65% da dos homens. A mulher tem renda menor, trabalha mais e terá mais dificuldades de se aposentar!

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, 88% das mulheres ocupadas com mais de 16 anos realizam trabalhos domésticos, enquanto que, em relação aos homens, a estatística é de 46%. As mulheres trabalham, de modo não remunerado, mais que o dobro dos homens quando os dados são medidos pela jornada semanal média: 20,6 horas por semana lavando, passando, limpando, cozinhando, cuidando de filhos, enquanto a população masculina gasta 9,8 horas em média para as mesmas tarefas. A soma da jornada de trabalho pago com a jornada de trabalho não pago entre as mulheres é de 56,4 horas por semana; ao mesmo tempo, a dos homens é aproximadamente cinco horas menor.

Greve Internacional de Mulheres

Grupos feministas de 40 países, entre eles, Austrália, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, República Checa, Equador, Inglaterra, França, Alemanha, Guatemala, Honduras, Islândia, Irlanda do Norte, Irlanda, Israel, Itália, México, Nicarágua, Peru, Polônia, Rússia, El Salvador, Escócia, Coreia do Sul, Suécia, Togo, Turquia, Uruguai e EUA confirmaram adesão ao protesto internacional que tem o objetivo de deixar escritórios, lojas, fábricas ou qualquer trabalho sem a presença do sexo feminino para protestar contra as desigualdades de gênero e a violência machista. No Brasil, cerca de 30 cidades já aderiram ao movimento.

O protesto internacional é inspirado no Dia Livre das Mulheres islandesas de 1975, quando 90% das cidadãs deixaram seus postos de trabalho em 24 de outubro desse ano para protagonizar uma grande manifestação nas ruas do país e marcar um ponto de inflexão na luta pela igualdade de direitos. (Com informações: Portal Esquerda Online, Rede Brasil Atual).

FONTE: Boletim CNPL 08/03/2017

Sindicatos de Contabilistas que compõem a Executiva Nacional da CSB participam de reunião Especial nos dias 06 , 07 em Brasília



Nos dias 06 e 07 de março de 2017 , a CSB – Central de Sindicatos Brasileiros , realizou reunião da sua Executiva, em Brasília , e dentre sua executiva vários representantes da profissão contábil , como a do Estado do Rio de Janeiro, através da Vice-Presidente da CSB Lygia Maria Vieira Sampaio , também Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro , Sindicato filiado a Fedcont RJ, ES E BA .



Essa reunião com a participação de vários dirigentes sindicais , de várias categorias e membros da executiva da CSB serviu para além de reunir lideranças , traçar as estratégias da CSB e debater temas de interesse da classe trabalhadora e na sua defesa, conforme assumiram em suas posses e perante as profissionais, trabalhadores e lideranças que os indicaram.

FONTE: Fedcont RJ, ES e BA

Secretaria da Mulher da CSB planeja ampliar ações por todo o Brasil



Cronograma prevê a criação de encontros regionais para levar a mobilização sindical a todas as trabalhadoras do País

Reunidas para o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da CSB, em Brasília, as dirigentes da Secretaria da Mulher da Central apresentaram um plano de trabalho que estabelece a ampliação das atividades no País. O planejamento prevê a criação de uma série de encontros regionais, com o objetivo de levar a mobilização sindical para as trabalhadoras de todas as regiões do Brasil.

O plano de trabalho foi exposto durante o painel composto por Antonieta de Cassia de Faria, Eliane de Lima Gerber e Beatriz Elias da Silva, secretária, primeira-secretária e segunda-secretária da Mulher Trabalhadora da CSB, respectivamente. As datas e os locais que receberão os encontros ainda serão definidos pelo grupo.

Além de ampliar as atividades organizadas pela própria Secretaria da Mulher, a entidade também quer aumentar a sua inserção em organismos sociais já existentes, como em conselhos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como em conferências e coletivos femininos.

O objetivo, segundo o plano de trabalho, é permitir “o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres e do empoderamento feminino, construindo assim a autonomia e a equidade de gênero para uma sociedade mais justa e igual em direitos.”

Fonte : CSB Noticias 08/03/2017

Sindicalismo e judiciário repudiam declarações do presidente da Câmara

As declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de que a Justiça do Trabalho "não deveria nem existir", por suposta "irresponsabilidade" em suas decisões, foram repudiadas com vigor por amplos setores do mundo do trabalho.

Em meio às mudanças que o governo pretende nas relações trabalhistas, em flagrante prejuízo aos trabalhadores, entidades lançaram notas assinalando que as declarações "ofendem os juizes do Trabalho", que, ao contrário da fala do parlamentar, "têm a importante missão de equilibrar as relações entre o capital e o trabalho, fomentando a segurança jurídica ao garantir a correta aplicação do Direito, de forma digna e decente".

Tal posicionamento é referendado pelo presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah. Ele declarou à Agência Sindical que a Justiça do Trabalho não merece ser atacada pelo presidente da Câmara, porque, em sua opinião, "é ela que dá amparo aos mais vulneráveis nas relações capital-trabalho, que hoje amargam desemprego e vivem sob um ataque feroz aos seus direitos".

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidade que representa mais de quatro mil juizes do Trabalho, e o Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecór) destacaram que críticas sobre o aprimoramento das instituições republicanas até que são aceitáveis. "Mas não aquelas - aí sim irresponsáveis - com o único objetivo de denegrir um segmento específico do Poder Judiciário que, especialmente neste momento de crise, presta relevantes serviços ao País e aos que deles mais necessitam", afirmam em nota a Anamatra e o Coleprecór.

Advogados - A Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP) também divulgou nota, segundo a qual "é mito dizer que a legislação trabalhista é arcaica", porque a CLT tem 70 anos. "Ela foi toda reformada nos últimos anos, atualizando-se, além do que teve reconhecimento constitucional na Carta Política Brasileira, de 1988, que pacificou o País por quase 30 anos, unindo os direitos trabalhistas como valores sociais", diz o texto publicado nesta quinta (9).

Assinam a nota da AATSP os advogados Livio Enescu (presidente) e Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros (conselheiro).

FONTE: Informativo Reporter Sindical 2.451 -10/03/2017 .

FGTS: trabalhador pode ir à Justiça pedir dinheiro atrasado em conta inativa

Os trabalhadores poderão fazer o saque das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a partir desta sexta-feira (10). Entretanto, milhões de trabalhadores não poderão sacar os valores, porque os patrões não fizeram o recolhimento para o fundo.

Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), existem 7 milhões de trabalhadores cujos empregadores não depositaram o dinheiro, que correspondem a um débito total de R\$ 24,5 bilhões inscritos na dívida ativa da União.

A partir de 10 de março até 31 de julho, trabalhadores com contas inativas até 31 de dezembro de 2015 poderão sacar o dinheiro do FGTS, seguindo um calendário de acordo com a data de nascimento do beneficiário.

FONTE : DIAP e Informativo Sindical Ernesto Pares 10/03/2017.

FILIADA A:

